



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 9 de maio de 2023

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na segunda-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,85% São Paulo	101.797	R\$ 5,011 (+ 1,37%)	R\$ 1.320	R\$ 5,513	13,65%	13,65%	Novembro/2022 0,41 Dezembro/2022 0,62 Janeiro/2023 0,53 Fevereiro/2023 0,84 Março/2023 0,71
0,17% Nova York	106.042	Últimos					
	3/5 4/5 5/5 8/5	2/maio 5,047					
		3/maio 4,992					
		4/maio 4,993					
		5/maio 4,944					

GUERRA DOS JUROS

Braço direito de Haddad na diretoria do BC

Indicação de Gabriel Galípolo, secretário executivo da Fazenda, para comandar a área de política monetária gera controvérsia

» RAFAELA GONÇALVES

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou ontem a indicação do secretário-executivo da pasta, Gabriel Galípolo, para o cargo de diretor de Política Monetária do Banco Central. Durante coletiva de imprensa no gabinete do ministério em São Paulo, Haddad também indicou o servidor de carreira Ailton Aquino dos Santos como diretor de Fiscalização da autarquia. Se for aprovado pelo Senado Federal, será o primeiro diretor negro a ocupar cargo de direção do banco.

Os mandatos dos atuais diretoras terminaram em 28 de fevereiro. Segundo Haddad, os nomes foram chancelados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Galípolo será substituído na Fazenda pelo advogado Dario Durigan, que já trabalhou com o ministro quando ele estava à frente da prefeitura paulistana.

Parte do mercado financeiro reagiu negativamente à indicação de Galípolo, para uma das diretorias mais sensíveis do BC, responsável pela execução do principal instrumento de controle da inflação e dos mercados. O dólar comercial acelerou a alta após a divulgação dos nomes, terminando o dia com avanço de 1,38%, cotado a R\$ 5,011.

Apesar de o nome de Galípolo já circular há vários dias, a oficialização gerou um movimento de proteção dos investidores no dólar, o que impulsionou as cotações. Analistas avaliam que, com o braço-direito de Haddad no BC, o governo terá mais força para interferir na taxa básica de juros (Selic), alvo de críticas de Lula, em função do nível atual de 13,75% ao ano. Como diretor, caso aprovado, Galípolo participará do Comitê de Política Monetária (Copom), que define o patamar de juros.

Haddad afirmou que a indicação visa aproximar as visões da Fazenda e da autoridade monetária, que estão em conflito pela alta taxa Selic. Ele negou, porém, que Galípolo seja um “homem forte do PT” colocado na autarquia para alterar a taxa de juros. O ministro frisou que o economista não é filiado ao partido e nunca teve militância partidária, e classificou como “uma forçação de barra” os questionamentos

Divulgação



Para parte do mercado vê Galípolo como provável sucessor do atual presidente da autarquia, Roberto Campos Neto a partir de 2025

sobre sua influência. Já a ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou que Galípolo será “a voz do governo federal” dentro do BC.

“Não é um nome novo, no entanto, sua indicação representa provavelmente uma maior presença das ideias e das estratégias da Fazenda dentro da autoridade monetária”, avaliou Davi Lelis, especialista e sócio da Valor Investimentos. “Ele deve seguir os direcionamentos da Fazenda e de Lula, sendo mais um componente que, certamente, vai ter voz em consonância com o governo frente à taxa de juros”, acrescentou.

O economista-chefe da Necton, André Perfeito, ponderou que a escolha de Galípolo não fará os juros caírem antes do que a atual diretoria do Banco Central imagina como adequado, “mas sem dúvida abre o contraditório dentro do Copom”. “O mercado pode até especular que essa mudança irá tornar a política monetária mais expansionista, mas

Reprodução



Se aprovado, Aquino será o primeiro negro a ocupar uma diretoria do BC

há evidências de sobra de que o novo diretor não age de maneira monocrática. Haverá muita negociação e parcimônia na sua gestão”, avaliou, lembrando que o Copom possui nove membros. “Salvo alguma nova evidência

de que a inflação corrente está cedendo mais rapidamente do que o esperado ou as expectativas se ancorarem mais firmemente que o previsto, tudo indica que cortes na Selic acontecerão apenas no segundo semestre

de 2023”, concluiu Perfeito.

Successor

O banco norte-americano Goldman Sachs afirmou que Galípolo é visto como um substituto em potencial do presidente do BC, Roberto Campos Neto, cujo mandato termina no fim de 2024. “Vemos espaço para um aumento potencial no ruído de comunicação no curto prazo. Não nos surpreenderíamos ao começar a ver decisões divididas do Copom e visões diametralmente opostas dentro do órgão sobre qual deveria ser a postura política adequada. Além disso, a percepção de que Galípolo acabará substituindo Campos Neto tem o potencial de gerar alguns atritos no Copom”, destacou a instituição.

Aquino e Galípolo precisarão passar por sabatina no Senado Federal e, se aprovados, terão mandato até fevereiro de 2027,

Perfis

Gabriel Galípolo

O atual secretário-executivo da Fazenda é formado em Ciências Econômicas e mestre em Economia Política pela PUC de São Paulo. Entre 2006 e 2012, ele lecionou nos cursos de graduação da instituição. Em 2007, chefiou a Assessoria Econômica da Secretaria de Transportes Metropolitanos de São Paulo, durante o governo de José Serra (PSDB). Entre 2017 e 2021, Galípolo presidiu o banco Fator, que atuava em parcerias público-privadas (PPPs) e em programas de privatização.

Ailton Aquino

Ocupa atualmente o cargo de auditor-chefe do Banco Central, e está há mais de 25 anos na autarquia. Ele é formado em Ciências Contábeis e Direito pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb), e especializado em Contabilidade Internacional, Direito Público e Engenharia Econômica de Negócios.

com direito a uma recondução. O governo acredita que eles serão aprovados com tranquilidade, já que são técnicos e têm bom trato com os parlamentares. No entanto, nos bastidores, os nomes renderam algumas críticas.

No caso de Galípolo por ser heterodoxo, crítico às políticas exageradas de austeridade fiscal. Já no caso de Aquino, interlocutores do BC afirmaram que receberam o nome com certo ceticismo, por ele não fazer parte da área de fiscalização.

As duas diretorias do BC são as primeiras alteradas pelo presidente Lula. Até o final do ano, o petista indicará outros dois nomes, para as cadeiras de Relacionamento, Cidadania e Supervisão e Conduta e de Assuntos Internos e de Gestão de Riscos Corporativos. Até o fim do mandato, o chefe do Executivo poderá mudar os nove membros da cúpula do BC indicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

» Previsão de inflação recua

Após cinco semanas de alta, a mediana das projeções do mercado financeiro para a inflação deste ano recuou, passando de 6,05% para 6,02%. Apesar da queda, a previsão ainda está bem acima do teto da meta oficial, de 4,75%. A estimativa para 2024 também caiu, de 4,18% para 4,16%. Os dados estão no Relatório Focus, divulgado ontem pelo Banco Central. O Focus mostrou também que a previsão para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2023 se manteve em 1,0%. Já a projeção para 2024 caiu de 1,41% para 1,40%.

PRIVATIZAÇÃO

Eletrobras reage a ação do governo

A Eletrobras divulgou nota, ontem, para contestar a ação direta de inconstitucionalidade proposta pela União que questiona o teto de 10% do capital votante a qualquer acionista da companhia. Segundo nota, a ação “contraria condições legais e econômicas” que embasaram o processo de desestatização da companhia.

Na última sexta-feira, a Advocacia-Geral da União acionou o

Supremo Tribunal Federal (STF) para barrar pontos da lei de privatização da Eletrobras. A ação, que também é assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), afirma que a lei que permitiu a privatização da empresa diminuiu irregularmente o peso dos votos a que o governo teria direito.

O poder público tem 42,61% das ações ordinárias da Eletrobras, mas, devido à lei, a

proporção de votos do governo foi limitada a 10%. Isso porque a privatização transformou a Eletrobras em uma empresa de capital privado sem acionista controlador.

A companhia reiterou que o seu processo de desestatização “seguiu fielmente todo o trâmite legalmente previsto”, sendo conduzido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e amplo debate e validação pelo Congresso Nacional e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A empresa disse ainda que “avaliará as medidas que eventualmente devam ser adotadas visando a manutenção de

ambiente confiável para a realização de investimentos pela Eletrobras no país e a segurança jurídica de todos os seus acionistas e do mercado em geral”.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu a privatização da Eletrobras. “Fizemos uma opção legislativa de capitalização da Eletrobras, foi algo muito debatido na Câmara e no Senado. Foi aprovado, mantém-se determinadas prerrogativas à União, que é um dos acionistas, de modo que nós consideramos essa uma realidade do Brasil. Era muito importante que se pudesse aceitar essa realidade para valorizar inclusive a Eletrobras”, disse a

jornalistas, após evento na Federação das Indústrias do estado de São Paulo (Fiesp).

O senador ressaltou que muitos brasileiros usaram o FGTS para investir na companhia. “Desse modo, valorizá-las (as ações da ex-estatal) significa atender mais de 300 mil pessoas na condição, hoje, de acionistas minoritários da Eletrobras.”

Segundo o economista Paulo Luives, da Valor Investimentos, caso a ação do governo ganhe força, os papéis da empresa podem ser fortemente afetados. “O questionamento da União abre margem para um risco regulatório e tira um pouco da confiança no setor”, avaliou. (RG)